

ÍNDICES DE VIOLÊNCIA FEMINICIDA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ANALISAR A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO RIO GRANDE DO SUL

Marília Cardoso Lopes¹

RESUMO

Este estudo tem como objetivo discutir as possibilidades de análise da violência contra as mulheres no Rio Grande do Sul com a utilização de *Índices de Violência Feminicida* como ferramenta metodológica para compreender as dinâmicas regionais do fenômeno, tendo como referência a dissertação de mestrado *Nenhuma vitória é permanente: uma análise sobre a violência contra as mulheres no Rio Grande do Sul entre os anos de 2012 e 2015* (Lopes, 2016). A pesquisa baseou-se na regionalização dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) do estado e considerou dados relacionados a cinco tipos de violência: psicológica, física, sexual, tentativa de feminicídio e feminicídio consumado. Os índices foram calculados com base na proporção de registros em relação à população de mulheres de cada região, permitindo identificar localidades com alta intensidade de violência. Além disso, o estudo identificou serviços de atendimento e organismos de políticas para as mulheres, destacando desigualdades regionais na disponibilidade desses equipamentos. Os resultados sublinham a persistência de estruturas patriarcais que sustentam a violência contra as mulheres nas diferentes regiões do estado e reforçam a necessidade de que o enfrentamento a esse fenômeno seja compreendido como questão central de garantia dos direitos humanos.

Palavras-chave: Violência feminicida; Geografias feministas; Metodologia; Região; COREDES

1. INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres no Brasil é um problema social marcadamente enraizado, que ganhou visibilidade e atenção nas últimas décadas, especialmente após a promulgação da Lei Nº 11.340 - a Lei Maria da Penha - no ano de 2006. Este marco legal resultou de uma intensa mobilização dos movimentos feministas e de direitos humanos, que buscavam não apenas a proteção das mulheres, mas também a promoção da igualdade de gênero. A violência contra as mulheres, motivada por razões de gênero, é entendida como uma violação dos direitos humanos e se manifesta de diversas formas, incluindo a violência doméstica, que ocorre predominantemente em ambientes familiares.

Apesar dos avanços legislativos, que inclui uma norma específica para tratar do feminicídio, e das políticas públicas implementadas, que inclui desde a criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) até a instituição de uma

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a realidade atual ainda é assinalada por números expressivos de todas as formas de violência contra mulheres e meninas. Isso reflete a persistência da estrutura patriarcal e violenta, que se potencializa por meio da articulação com outras formas de opressão e discriminação, como o racismo, no país.

É importante destacar que o cenário político brasileiro, especialmente a partir do final da segunda década do século XXI, foi caracterizado pelo avanço de ideais conservadores, que promoveram retrocessos nas políticas voltadas às mulheres e ameaçaram diversas conquistas estabelecidas pela Constituição de 1988. Faria e Lima (2024) ressaltam que as políticas públicas, além de dinâmicas e articuladas por múltiplos protagonistas, são processos que perpassam distintos níveis governamentais. Isso evidencia o desmantelamento dessas ações e o impacto que vivenciamos nos municípios gaúchos não apenas com a extinção do *Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos*, órgão da administração pública federal com a responsabilidade de formular, coordenar e executar políticas e diretrizes de garantia dos direitos das mulheres, mas ainda com a eliminação do órgão responsável por formular e implementar políticas públicas transversais para a promoção da igualdade de gênero em nível estadual, com o fim da *Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado do Rio Grande do Sul*, após apenas um quadriênio de existência.

As violências em relação às mulheres e meninas, por outro lado, seguiram apresentando números alarmantes. Segundo dados do Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, do Conselho Nacional de Justiça, o Brasil terminou o ano de 2019 com mais de um milhão de processos de violência doméstica e 5,1 mil processos de feminicídio em tramitação na Justiça. No mesmo ano, o Rio Grande do Sul foi o quarto estado com a maior taxa (5,2) de processos novos de feminicídio (por 100 mil mulheres) do país, superando consideravelmente a taxa nacional (1,8) e aproximando-se de Mato Grosso do Sul (6,9), Mato Grosso (6,4) e Rondônia (5,7), estados que lideram esse lamentável “*ranking*”.

Na Geografia latino-americana e brasileira, a produção acadêmica sobre as questões de gênero ainda não é abundante, especialmente quando se trata da violência contra as mulheres. Este texto é um recorte da dissertação de mestrado “*Nenhuma vitória é permanente: uma análise sobre a violência contra as mulheres no Rio Grande*

do Sul entre os anos de 2012 e 2015”, orientada pela Professora Doutora Susana Veleda da Silva, geógrafa feminista pioneira nos estudos sobre gênero no Brasil e na América Latina. Uma de minhas motivações para a realização da pesquisa mencionada foi contribuir com os estudos sobre tema de tamanha relevância e colaborar para o preenchimento desta lacuna na área da Geografia Humana.

Dessa forma, neste trabalho discutiremos as possibilidades de utilização dos *Índices de Violência Feminicida* como proposta metodológica para o estudo deste fenômeno, tendo como referência a dissertação de Marília Cardoso Lopes (2016), que analisou a violência contra as mulheres no estado do Rio Grande do Sul, no período de 2012 a 2015.

2. METODOLOGIA

Para analisar a violência contra as mulheres no estado, foram calculados índices de intensidade para cada tipo de violência registrado (psicológica, física, sexual, tentativa de feminicídio e feminicídio)² de forma regionalizada, a partir dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) instituídos por decreto estadual e que configuram diferentes regiões de planejamento para ações de gestão, no Rio Grande do Sul³. A utilização desses índices de intensidade, aqui denominados de *Índices de Violência Feminicida*, foi inspirada na metodologia adotada pelos geógrafos Carlos Walter Porto Gonçalves e Paulo Roberto Alentejano para a análise de conflitos no campo brasileiro (2009), listada nas referências, ao final.

Os *Índices de Violência Feminicida* foram assim denominados em alusão à compreensão de Marcela Lagarde (2008) de que a violência de gênero contra as mulheres é uma violação de seus direitos humanos e ocorre sob um conjunto de

² Para os índices de violência psicológica, física, sexual e feminicídio, foram considerados os registros entre 2012 e o primeiro semestre de 2015. Já o índice de tentativa de feminicídio foi calculado com base nos registros entre 2013 e o primeiro semestre de 2015.

³ Os Conselhos Regionais, constituídos legalmente através de decreto estadual em 1994, constituem-se em um fórum permanente e autônomo de discussão e decisão a respeito de políticas e ações a serem implementadas com o objetivo de promover o desenvolvimento regional. Nos anos 2000, foram criadas as Regiões Funcionais de Planejamento, a partir do agrupamento de COREDEs como uma escala mais agregada para tratar os temas de interesse regional. Mais recentemente, a divisão do território por COREDEs passou a ser utilizada para planejamento das ações governamentais, no Orçamento do Estado e no Plano Plurianual (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

condutas misóginas contínuas que podem ou não resultar em um feminicídio. Contudo, cabe destacar que há diferenças em relação à compreensão de pesquisadoras, do sistema de justiça e dos próprios profissionais que atuam na área da segurança em relação aos conceitos de violência contra a mulher e feminicídio. Portanto, é preciso considerar as limitações implicadas na utilização das fontes de dados disponíveis para a realização desta pesquisa.

O cálculo dos Índices leva em consideração a proporção dos registros referentes aos crimes contra as mulheres de cada COREDE em relação ao número de registros observados no estado do Rio Grande do Sul em todo o período e a proporção da população de mulheres de cada uma dessas regiões em relação à população de mulheres do estado. Os dados utilizados foram coletados no Observatório da Violência contra a Mulher, órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, e correspondem ao período de janeiro de 2012 a junho de 2015. As informações correspondentes à população de mulheres que viviam em cada município tiveram como referência o Censo Demográfico de 2010.

Ao compararmos os índices de violência dentre as diferentes regiões podemos identificar aquelas que, mesmo não se destacando pelo número absoluto de ocorrências, precisam da atuação do Estado pela proporção de crimes contra mulheres que apresentam em relação a sua população. Além disso, a utilização dos índices de intensidade facilita a compreensão da representatividade de cada região no contexto estadual.

O *Índice de Feminicídios*, por exemplo, mostrou-nos que, embora a região do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí (Figura 1) tenha registrado 53 assassinatos de mulheres por questões de gênero no Rio Grande do Sul (17,21% do total), esses dados indicam uma proporção menor de assassinatos do que a região do COREDE Celeiro (Figura 2), onde ocorreram 12 crimes no mesmo período (3,90% do total). Isto ocorre porque, enquanto o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí abriga 23,20% da população de mulheres gaúchas, o COREDE Celeiro abriga apenas 1,30% delas. Assim, quando calculamos o *Índice de Feminicídio* das duas regiões, obtemos o valor de 0,74 para a Metropolitano Delta do Jacuí e, 2,99 para a Celeiro, revelando que nesta região esses crimes ocorrem de forma mais intensa. Nas imagens mencionadas ainda é possível

verificar, em vermelho, os municípios cujos índices se destacam no interior de cada região.

Figura 1 - Cálculo do *Índice de Feminicídios* - COREDE Metropolitano Delta do Jacuí

Corede Metropolitano Delta do Jacuí					
Municípios	Feminicídios 2012/2015	Pop_fem 2010	Reg (%)	Pop_fem (%)	Índice_mun
Alvorada		100593	0,00%	7,90%	0,00
Cachoeirinha	4	61105	8,70%	4,80%	1,81
Eldorado do Sul	1	17344	2,17%	1,36%	1,60
Glorinha	0	3355	0,00%	0,26%	0,00
Gravataí	5	130780	10,87%	10,27%	1,06
Guaíba	5	49051	10,87%	3,85%	2,82
Porto Alegre	24	755564	52,17%	59,33%	0,88
Santo Antônio da Patrulha	0	19929	0,00%	1,56%	0,00
Triunfo	0	12860	0,00%	1,01%	0,00
Viamão	7	122901	15,22%	9,65%	1,58
Total	46	1273482	100,00%	100,00%	1,00
Total RS	308	5488872			

Índice de Feminicídios		
% registros	% pop fem	Índice
14,94%	23,20%	0,64

Fonte: Lopes, 2016, p.60.

Figura 2 - Cálculo do *Índice de Feminicídios* - COREDE Celeiro

COREDE CELEIRO					
Municípios	Feminicídios 2012/2015	Pop_fem 2010	Reg (%)	Pop_fem (%)	Índice_mun
Barra do Guarita	0	1539	0,00%	2,15%	0,00
Bom Progresso	0	1161	0,00%	1,63%	0,00
Braga	1	1836	8,33%	2,57%	3,24
Campo Novo	0	2774	0,00%	3,88%	0,00
Chiapetta	0	2069	0,00%	2,90%	0,00
Coronel Bicaco	0	3946	0,00%	5,52%	0,00
Crissiumal	1	7171	8,33%	10,04%	0,83
Derrubadas	0	1586	0,00%	2,22%	0,00
Esperança do Sul	0	1622	0,00%	2,27%	0,00
Humaitá	0	2532	0,00%	3,54%	0,00
Inhacorá	0	1119	0,00%	1,57%	0,00
Miraguaí	1	2442	8,33%	3,42%	2,44
Redentora	0	5012	0,00%	7,02%	0,00
Santo Augusto	3	7157	25,00%	10,02%	2,50
São Martinho	0	2935	0,00%	4,11%	0,00
São Valério do Sul	0	1272	0,00%	1,78%	0,00
Sede Nova	0	1480	0,00%	2,07%	0,00
Tenente Portela	3	7006	25,00%	9,81%	2,55
Tiradentes do Sul	0	3193	0,00%	4,47%	0,00
Três Passos	3	12214	25,00%	17,10%	1,46
Vista Gaúcha	0	1364	0,00%	1,91%	0,00
Total COREDE	12	71430	100,00%	100,00%	1,00
Total RS	308	5488872			

Índice de Feminicídios		
% registros	% pop fem	Índice
3,90%	1,30%	2,99

Fonte: Lopes, 2016, p.61.

Corroboramos com Damián Bernal (2010, p.2, tradução minha) quando defende que “a ciência deve ter um compromisso social e explicar uma problemática.” e que a Geografia Feminista, ao analisar a violência contra as mulheres “delimita onde ela se manifesta, desenvolvendo a categoria de espaço [...] mas também analisa os elementos jurídicos, políticos e culturais que compõem esse espaço e fornecem as [...] condições para que o problema aconteça”. Dessa forma, após realizarmos a regionalização dos índices de intensidade e a identificação das regiões com os resultados mais expressivos para cada forma de manifestação da violência, análise conduzida utilizando ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), verificamos quais serviços de atendimento e organismos de políticas para as mulheres estavam presentes nas diferentes regiões do estado (Figura 3). O papel do Estado nesse tema foi observado, em especial, através das ações desenvolvidas para o enfrentamento à violência contra as mulheres, sobretudo, por meio de políticas públicas. Para identificarmos as práticas implementadas pelo Poder Público utilizamos como ponto de partida o Relatório Final do Planejamento Integral Básico do Rio Grande do Sul para o Pacto de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, publicado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul (SSP/RS), bem como informações relacionadas às diversas instituições que atuam com o tema em suas páginas oficiais na *internet*.

Figura 3 - Serviços de atendimento e organismos de promoção de políticas de atenção às mulheres por região, no Rio Grande do Sul

COREDES	OPM	COMDIM	CRM	CASA ABRIGO	DEAM	POSTO	PATRULHA	SALA LILÁS	JUIZADO
Alto da Serra do Botucaraí	2	2							
Alto Jacuí	3	5	1		1	1	1		
Campanha	2	1	1	1	1	1	1	1	
Campos de Cima da Serra	1	1	1			1	1	1	
Celeiro	3	5				1			
Central	1	1		1	1		1	1	1
Centro-Sul	2	3				1	1		
Fronteira Noroeste	3	4	2	2	1		1		
Fronteira Oeste	8	2	2		1	2	2	1	
Hortênsias	3	3	1			1			
Jacuí-Centro	2					1			
Litoral	7	6	1			2			
Médio Alto Uruguai	3	2				1			
Metropolitano Delta do Jacuí	7	7	5	2	4	1	11	1	2
Missões	3	6			1	1	1		
Nordeste	1					1			
Noroeste Colonial	2	2			1		1	1	
Norte	2	1			1		1		
Paranhana Encosta da Serra	1	3	1			1			
Produção	2	2		1	1	1	1		1
Rio da Várzea	4	2				1			
Serra	9	7	3	1	2		2	1	1
Sul	5	4	1	2	2		2	1	2
Vale do Caí	3	1			1				
Vale do Jaguari	2	1	1			1			
Vale do Rio dos Sinos	6	7	6	3	2	3	6	1	3
Vale do Rio Pardo	10	6		1	1		1		
Vale do Rio Taquari	3	3		1	1		1	1	
Total	100	87	26	15	22	22	35	10	10

Fonte: Lopes, 2016

As etapas do trabalho incluíram ainda levantamento bibliográfico de estudos teóricos e empíricos sobre o fenômeno, bem como a revisão das principais contribuições da Geografia Feminista para as análises sobre o tema.

3. RESULTADOS

A misoginia, ou o ódio contra as mulheres, é produzida quando se acredita em uma inferioridade natural das mulheres em relação aos homens; quando se acredita que as mulheres são impotentes por incapacidade própria; quando se hostiliza, se agride e se submete as mulheres através de uma legitimidade patriarcal. Ela é um recurso consensual de poder que permite às mulheres serem oprimidas antes de atuar ou manifestarem-se, ainda antes de existir, somente por sua condição de gênero. Mais do que isso, como discurso, a misoginia legitima a violência contra as mulheres e se justifica ao considerá-las como seres frágeis e vulneráveis e, aos homens, como

violentos e fortes por natureza, ou ao definir as mulheres como vítimas propositais, culpadas pela violência por cometer faltas morais. O machismo, complemento inseparável da misoginia, consiste em um conjunto de vivências subjetivas, emocionais, afetivas e intelectuais androcêntricas, de superioridade do homem, dos homens, do masculino, independentemente de méritos, contribuições e características. Está presente na cultura patriarcal e nas mentalidades de mulheres e homens, conforme explica Lagarde (2012).

Heleieth Saffioti, socióloga e importante pesquisadora sobre a violência contra as mulheres no país reforça que a desigualdade de gênero que está no cerne dessa violência “longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais”, ou seja, pode e é frequentemente construída (Saffioti, 2011, p.71).

É a perspectiva de gênero feminista, por sua vez, que tem nos permitido nomear as opressões (exclusão, expropriação, marginalização, discriminação, desigualdade e exploração), assim como, tomar ciência de que elas se reproduzem por meio da violência (Lagarde, 2012).

No Estado do Rio Grande do Sul, entre janeiro de 2012 e junho de 2015 foram registrados mais de 155 mil casos de ameaças; 91.672 de lesão corporal; 4.054 estupros; 689 tentativas de feminicídio e 308 feminicídios. Todos crimes com mulheres na condição de vítima e devidamente enquadrados na Lei Maria da Penha.

Assim, a utilização dos *Índices de Violência Feminicida* para analisar a violência contra as mulheres no estado permitiu-nos uma regionalização detalhada das ocorrências de violência, considerando não apenas o número absoluto de casos, mas também a proporção de crimes em relação à população de mulheres de cada região. Isso possibilita identificar áreas que, mesmo com um número menor de registros, apresentam uma alta taxa de violência em relação ao seu contingente populacional, evidenciando a necessidade de intervenção estatal nessas localidades.

Além disso, os *Índices* oferecem uma perspectiva mais abrangente sobre a problemática da violência de gênero, ao integrar dados sobre diferentes tipos de violência, como a psicológica, física, sexual, tentativa de feminicídio e feminicídio consumado. Essa abordagem permite uma análise mais completa das dinâmicas de

violência, contribuindo para a compreensão das condições sociais, culturais e políticas que favorecem a perpetuação desse fenômeno.

Outro resultado relevante é a identificação das regiões que carecem de políticas públicas mais efetivas. A análise dos *Índices De Violência Feminicida*, em conjunto com a avaliação das ações governamentais, pode revelar fragilidades nas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, destacando a importância de um compromisso social e político mais robusto para a promoção da igualdade de gênero e a proteção dos direitos humanos das mulheres.

A título de exemplificação, a seguir iremos destacar os resultados encontrados por Lopes (2016) ao espacializar o *Índice de Violência Física* e o *Índice de Feminicídio* de forma regionalizada no Rio Grande do Sul.

Conforme pode ser visualizado na imagem que destaca o *Índice de Violência Física* (Figura 4), o Conselho Regional de Desenvolvimento Litoral foi o que apresentou o maior valor (1,48) no período. Sua população total era de 254.373 habitantes, dos quais 59% eram mulheres, em 2010. Aproximadamente 86% da população vivia em áreas urbanas. Os municípios mais populosos como Capão da Canoa, Tramandaí e Osório contavam com cerca de 40 mil habitantes cada, mas a maioria dos municípios tinha uma população entre 10 e 20 mil habitantes. Devido ao caráter turístico de sua localização, no entanto, a população do COREDE pode chegar a 1 milhão de pessoas durante o verão, o que precisa ser ponderado em relação ao acentuado número de registros.

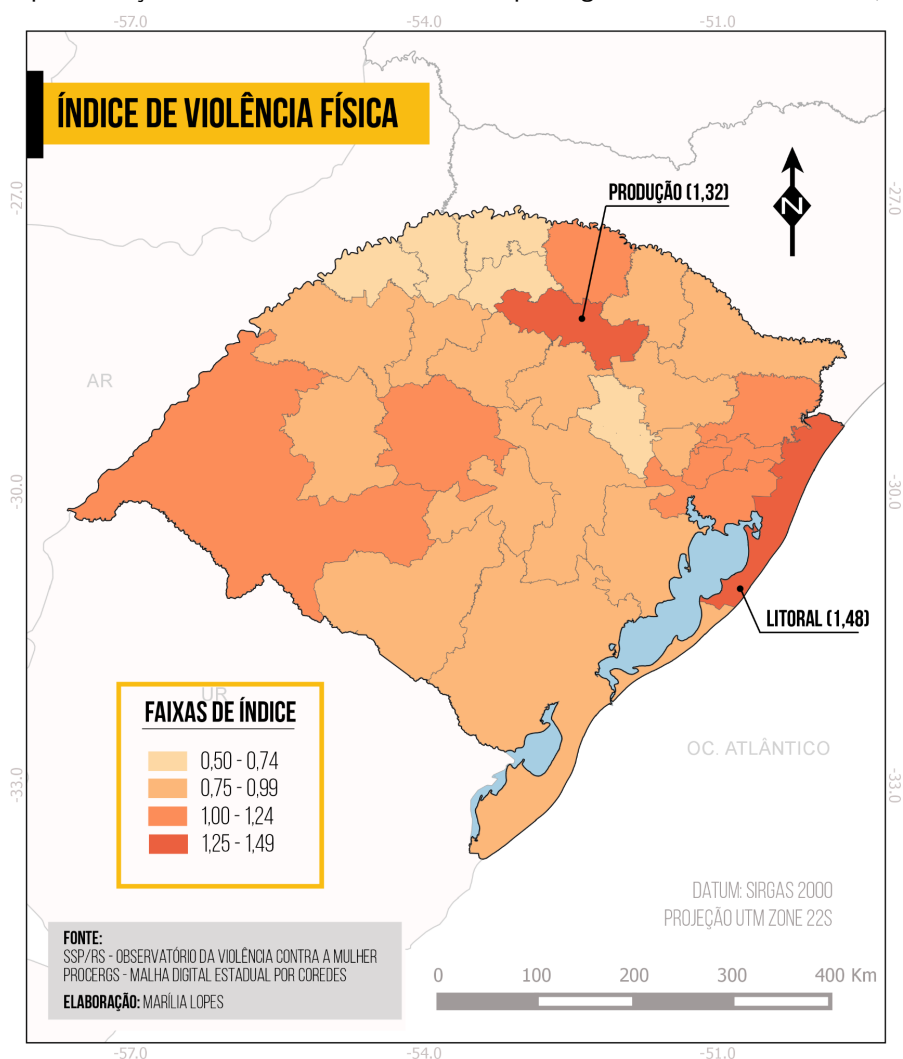
Com 3.699 ocorrências e 149.715 mulheres residindo em sua área de abrangência, o COREDE teve participação de 4,04% no total de crimes de lesão corporal com vítimas mulheres e 2,73% na população de mulheres, liderando, assim, o ranking no estado. Internamente, alguns municípios ultrapassam o índice da região, como Cidreira (1,55) e Tramandaí (1,51). Esses mesmos municípios também se destacaram quando analisamos o desempenho do COREDE no *Índice de Violência Psicológica*.

O perfil da região é marcado por uma economia com significativa participação do setor de Serviços e da construção civil, além da produção de arroz. Ocupa a vigésima posição em relação ao IDESE⁴ (0,698), com baixos indicadores sociais de saúde,

⁴ O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDese) é elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) e avalia a situação socioeconômica dos municípios gaúchos, considerando aspectos

educação e renda. Problemas com saneamento básico, sobretudo, relacionados ao lançamento de esgotos domésticos sem tratamento nos corpos hídricos e no mar; a especulação imobiliária e a ocupação desordenada do solo urbano; as taxas de mortalidade por causas evitáveis e a taxa de mortalidade acima das médias estaduais e o crescimento da população acima de 65 anos superior à média estadual, são destacados como questões que demandam políticas específicas na região (Rio Grande do Sul, 2015).

Figura 4 - Espacialização do *Índice de Violência Física* por região no Rio Grande do Sul, 2012 - 2015



Fonte: Lopes, 2016.

quantitativos e qualitativos do processo de desenvolvimento, a partir de três blocos: educação, renda e saúde. O índice tem valores de referência máximo (1) e mínimo (0). Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>>. Acesso em: mar. 2016.

Quanto à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, foram identificados serviços e equipamentos públicos de atendimento em oito dos vinte e um municípios que compõem a região. Sete deles contavam com Organismo de Políticas para as Mulheres (OPMs) e seis com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIMs). Imbé diferenciava-se pela presença de um Centro de Referência de Atendimento à Mulher e, Torres e Tramandaí por possuírem Postos de Polícia da Mulher. Nenhum município da região possuía Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) para o momento de registrar as denúncias.

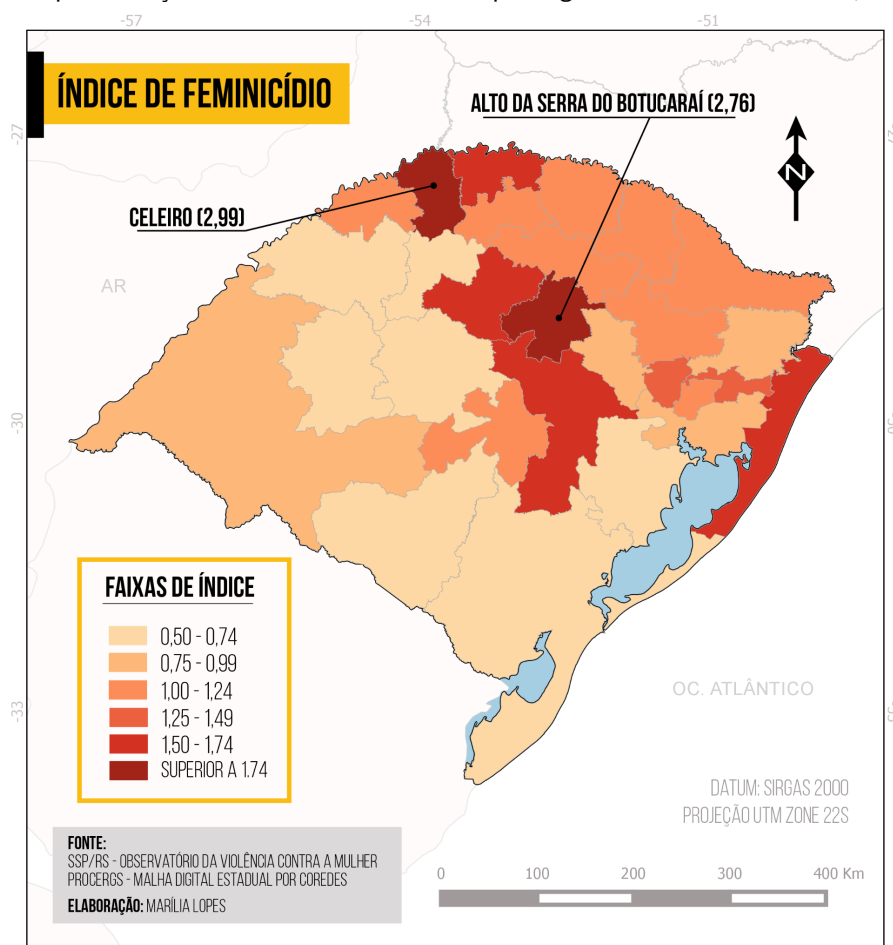
A região do COREDE Produção foi a que apresentou o segundo maior *Índice de Violência Física* (1,32), e também se destacou pelos valores apresentados nos *Índices de Violência Psicológica* e *Tentativa de Femicídio*. Com 3.857 ocorrências de lesão corporal e uma população de 174.630 mulheres, a região teve participação de 4,21% no total desses crimes no estado e 3,18% na população total de mulheres. Internamente, os municípios de Passo Fundo (1,17) e Carazinho (1,13) foram os responsáveis pelos índices mais elevados do COREDE.

A região compreende vinte e um municípios. Seu principal centro urbano é Passo Fundo que possuía, em 2010, mais da metade da população do COREDE, 184.826 habitantes. Os demais municípios, exceto Carazinho (59.317) e Marau (36.364), são de pequeno porte e não ultrapassavam 5 mil habitantes. A população total da região era de 338.049 pessoas, das quais 51% eram mulheres. Os habitantes viviam, em sua grande maioria (88%), em áreas urbanas. Os mais altos índices verificados no interior do COREDE Produção foram em Passo Fundo (1,16) e em Carazinho (1,06).

O perfil da região é caracterizado por uma economia fortemente atrelada às atividades agropecuárias e industriais. Registrou o quarto melhor desempenho estadual no IDESE (0,779), especialmente por indicadores relacionados à renda, como o fato de seu PIB *per capita* ser o terceiro maior entre as 28 regiões do estado, em 2012. Apesar disso, a necessidade de preservação e recuperação dos resquícios de Mata Atlântica na região; o baixo desempenho no Ensino Fundamental - que representava um dos piores valores em nível estadual, e o envelhecimento populacional, com crescimento da população acima de 65 anos superior a média do estado, são fragilidades do COREDE que necessitam de atenção (Rio Grande do Sul, 2015).

A Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do COREDE era composta por equipamentos e serviços presentes em três municípios: Carazinho, Passo Fundo e Pontão. O mais estruturado deles, Passo Fundo, apresentava OPM, COMDIM, Casa de passagem, Delegacia Especializada, Patrulha Maria da Penha e Juizado de Violência Doméstica e Familiar. Em dezembro de 2014, organizações de mulheres de Passo Fundo, como Mulheres da Paz, Promotoras Legais Populares e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), enviaram uma carta ao governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. O documento destacava mais de 3 mil casos de violência contra as mulheres registrados naquele ano e solicitava o fortalecimento da Rede de combate à violência, incluindo atendimento 24h na DEAM de Passo Fundo com infraestrutura adequada e equipe multidisciplinar, a inclusão de Direitos Humanos e violência de gênero no currículo policial, além da implantação da Defensoria, Promotoria e Juizado de Violência Doméstica e de um Centro de Referência dos Direitos da Mulher.

No período analisado, o Rio Grande do Sul registrou 308 feminicídios, segundo a Secretaria de Segurança Pública do estado. Os COREDES que apresentaram os maiores *Índices de Feminicídios* (Figura 5) foram Celeiro (2,99) e Alto da Serra do Botucaraí (2,76).

Figura 5 – Espacialização do *Índice de Femicídio* por região no Rio Grande do Sul, 2012 - 2015

Fonte: Lopes, 2016.

O Conselho Regional de Desenvolvimento Celeiro apresentou 3,90% dos registros de assassinatos de mulheres e concentrava 1,30% da população de mulheres do estado, no período. Dessa forma, com doze vítimas de feminicídio e uma população de 71.430 mulheres, o COREDE apresentou o maior *Índice feminicídios* entre os vinte e oito COREDES do estado do Rio Grande do Sul, atingindo o valor de 2,99, ou seja, a participação da região nos feminicídios do estado é três vezes a sua participação na população de mulheres. Embora os COREDES Metropolitano Delta do Jacuí (17,21%) e Vale do Rio dos Sinos (13,31%) tenham apresentado maior participação no total de feminicídios, são igualmente eles que detêm a maior concentração no total de mulheres do estado, 23,20% e 12,07%, respectivamente, apresentando, portanto, índices de menor intensidade.

Seis municípios registraram feminicídios na região Celeiro, dentre eles ressaltamos Braga, que atingiu um índice de 3,24 e Tenente Portela, que apresentou

índice de 2,55. A região Celeiro compreende vinte e um municípios e uma população de 141.482 habitantes, dos quais 50% eram mulheres, em 2010. O município de Três Passos, com população de aproximadamente 24 mil habitantes, é o principal centro urbano da região. Exceto Crissiumal e Redentora, os demais municípios contavam com menos de 10 mil habitantes. O COREDE apresentava 42% da população vivendo em áreas rurais.

A região apresenta base econômica relacionada à criação de bovinos e suínos e ao cultivo de grãos. O IDESE do COREDE Celeiro foi de 0,719, colocando-o na décima sétima posição no ranking gaúcho, em 2012. Os principais problemas estão ligados à escolaridade adulta e ao valor de renda ser inferior à média estadual. Além disso, há baixos indicadores de saneamento básico, com baixo percentual de domicílios com banheiro ou sanitário ligado à rede geral/fossa séptica e, ausência de esgoto tratado. Alguns municípios do COREDE carecem, inclusive, de acesso asfáltico.

No que diz respeito à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, foram verificados equipamentos e serviços em seis municípios da região. Em Miraguaí, Tenente Portela e Três Passos havia Organismos de Políticas para as Mulheres; em Campo Novo, Crissiumal, Santo Augusto, Tenente Portela e Três Passos, COMDIMs e, um Posto da Mulher em Três Passos.

Outro COREDE que se destaca pelo elevado *Índice de Feminicídios* é o Alto da Serra do Botucaraí. Com participação de apenas 0,94% da população de mulheres do Rio Grande do Sul, o COREDE registrou 2,60% do total de feminicídios no período, conferindo à região o segundo maior índice (2,76) do estado. O COREDE, que contava com uma população de 51.734 mulheres, registrou oito feminicídios no período. Internamente, alguns municípios do COREDE destacaram-se por apresentar índices ainda mais elevados, como Gramado Xavier, com índice de 6,72 e, Ibirapuitã, com índice de 3,24.

O COREDE Alto da Serra do Botucaraí é formado por dezesseis municípios, que contabilizavam 103.979 habitantes, em 2010. As mulheres representavam 49% do total. Assim como o COREDE Celeiro, o Alto da Serra do Botucaraí concentrava quase metade da população em meio rural (46%), sendo que, em doze dos seus municípios, a maioria da população estava morando em áreas rurais. O município mais populoso do COREDE, Soledade, possuía cerca de trinta mil habitantes, em 2010. Espumoso, Barros Cassal e Fontoura Xavier variavam entre quinze e dez mil habitantes. Os outros doze municípios

não ultrapassavam 6.200 habitantes. O COREDE destaca-se ainda por apresentar uma das menores concentrações populacionais do Rio Grande do Sul.

A economia da região está bastante atrelada à agropecuária, em especial, pela produção de bovinos e outros animais de corte e de leite, cultivo da soja em grãos e outras lavouras temporárias, como o fumo. Os municípios situados ao Norte do COREDE apresentam maior dinamismo econômico devido a uma maior diversificação produtiva e melhores indicadores sociais quando comparados com os do Sul, que possuem dificuldades econômicas e indicadores com os menores valores do estado. O IDESE da região Alto da Serra do Botucaraí foi de 0,689, ocupando a vigésima sexta posição entre os COREDEs. Ele apresentava o quinto menor valor relacionado à renda do estado. Todavia, alguns municípios tiveram desempenho bastante superior à média da região, fato justificado pelo contraste em relação ao dinamismo econômico que mencionamos anteriormente. Em relação à educação, o COREDE registrou o quarto menor valor do estado, em virtude das taxas elevadas de analfabetismo, chegando a atingir 10,79% da população com mais de 15 anos. A região também enfrenta problemas relacionados à habitação, à pobreza rural e ao tratamento de esgoto nos grandes centros urbanos.

Alto da Serra do Botucaraí ainda é a região de menor presença da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de todo o estado: havia apenas dois OPMs (Soledade e São José do Herval) e dois COMDIMs (Soledade e Espumoso). Os COREDEs Vale do Rio Pardo (1,70), Médio Alto Uruguai (1,68) e, Alto Jacuí (1,56), também aparecem no topo da lista das regiões com valores significativos nesse índice.

Os dados apresentados anteriormente suscitam diversos questionamentos que precisam ser considerados em relação ao fenômeno, tais como: qual o impacto do fluxo turístico nos resultados obtidos pelo Corede Litoral? As regiões com maiores *Índices de feminicídio* não se destacam nos demais índices por falta de serviços especializados? O que nos indica o fato de as duas regiões com maiores *Índices de feminicídio* possuírem uma população rural superior a 40%? É mera coincidência que essas duas regiões tenham uma Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres praticamente inexistente? Essas e outras questões merecem ser exploradas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam a persistência de estruturas patriarcais que sustentam as diferentes formas de violência contra as mulheres no estado do Rio Grande do Sul. Embora o estado tenha registrado avanços em políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, a extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul (SPM/RS) reflete a instabilidade dessas iniciativas e a dificuldade em consolidar tais políticas como prioridades de Estado. Isso reforça a necessidade de tratar a violência de gênero como uma questão de direitos humanos, indo além do âmbito da segurança pública e integrando áreas como educação, saúde e cultura em seu enfrentamento.

A aplicação e a espacialização dos *Índices de Violência Feminicida* tornou possível não apenas identificar as áreas com maior intensidade de crimes, mas também revelar disparidades regionais que demandam respostas específicas e integradas do poder público. Essas ferramentas demonstraram-se valiosas para analisar tanto as dinâmicas espaciais da violência quanto as condições sociais, culturais e políticas que favorecem a sua perpetuação.

A utilização dos *Índices de Violência Feminicida* possibilitou ainda uma análise espacial que transcende os números absolutos de ocorrências. Ao considerar a proporção de crimes em relação à população feminina, os índices permitiram identificar regiões que, mesmo com menor volume de casos, apresentam taxas alarmantes e necessitam de intervenção prioritária. Essa abordagem é essencial para direcionar recursos e planejar ações eficazes de prevenção e atendimento, uma vez que permite que possamos estudar a evolução dessa violência sistemática não somente entre as diferentes regiões do estado, mas ainda entre os municípios de uma mesma região ou uma mesma área, ao longo do tempo.

Ademais, a integração de dados quantitativos e qualitativos na análise da violência contra as mulheres é fundamental para compreender a complexidade do fenômeno. Neste estudo, os serviços de atendimento existentes, como delegacias especializadas, centros de referência e organismos de políticas públicas para as mulheres, foram identificados e mapeados com base na regionalização dos *Índices de*

Violência Feminicida. Essa etapa evidenciou desigualdades marcantes entre as regiões do estado e destacou lacunas na presença desses serviços.

Por fim, espera-se que a proposta metodológica apresentada não apenas contribua para o debate acadêmico, mas também auxilie na implementação de ações públicas que promovam um espaço mais seguro e igualitário para as mulheres.

5. REFERÊNCIAS

DAMIÁN BERNAL, Angélica Lucía. **La manifestación espacial de la violencia feminicida en Naucalpan, 2000 – 2006**. 2010. 326 f. Tesis (Maestría en Geografía) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad Universitaria, México, 2010.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de; LIMA, Luciana Leite (org.). **As políticas públicas do governo Bolsonaro: desmonte, resiliência e refundação**. Porto Alegre, RS: Jacarta, 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 abr. 2016.

LAGARDE, Marcela. Antropología, feminismo y política: violencia feminicida y derechos humanos de las mujeres. *In*: BULLEN, Margaret; MINTEGUI, Carmen D. (Orgs.). **Retos teóricos y nuevas prácticas**. Serie, XI Congreso de Antropología de la FAAEE. Donostia: Ankulegi Antropologia Elkartea, 2008. p. 209-239. Disponível em: www.ankulegi.org. Acesso em: 20 abr. 2020.

LAGARDE, Marcela. **El feminismo en mi vida: hitos, claves y topías**. Ciudad de México: Inmujeres DF, 2012, 643p.

LOPES, Marília Cardoso. **Nenhuma vitória é permanente: uma análise sobre a violência contra as mulheres no Rio Grande do Sul entre os anos 2012 e 2015**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, p. 142. 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. **Conflitos no campo Brasil**, v. 1, n. 1, p. 109-118, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. **Observatório da violência contra a mulher**. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/observatorio-mulher>. Acesso em: 05 abr. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional. Departamento de Planejamento Governamental. **Perfis por regiões funcionais de planejamento**. Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <http://www.seplan.rs.gov.br/conteudo/3635/Perfis-por-Regioes-Funcionais-dePlanejamento>. Acesso em: 20 fev. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. 151 p.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório final do planejamento integral básico do Rio Grande do Sul para o pacto de enfrentamento à violência contra as mulheres, 2014-2015**. Porto Alegre: SPM/RS – Secretaria de Políticas para as Mulheres do Rio Grande do Sul/ Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2014.

FEMICIDE VIOLENCE INDICES: A METHODOLOGICAL PROPOSAL TO ANALYZE VIOLENCE AGAINST WOMEN IN RIO GRANDE DO SUL

Abstract

This study aims to discuss the possibilities of analyzing violence against women in Rio Grande do Sul by using Femicide Violence Indices as a methodological tool to understand the regional dynamics of the phenomenon, based on the master's dissertation *No Victory is Permanent: An Analysis of Violence Against Women in Rio Grande do Sul Between 2012 and 2015* (Lopes, 2016). The research was grounded in the regionalization of the state's 28 Regional Development Councils (COREDEs) and considered data related to five types of violence: psychological, physical, sexual, attempted femicide, and completed femicide. The indices were calculated based on the proportion of reported cases relative to the female population in each region, enabling the identification of areas with high levels of violence. Additionally, the study identified women's service facilities and policy organizations, highlighting regional disparities in the availability of such resources. The results emphasize the persistence of patriarchal structures that uphold violence against women across different regions of the state and reinforce the need to address this phenomenon as a central issue in guaranteeing human rights.

Keywords: Femicide violence; Feminist geographies; Methodology; Region; COREDES

ÍNDICES DE VIOLENCIA FEMICIDA: UNA PROPUESTA METODOLÓGICA PARA ANALIZAR LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES EN RIO GRANDE DO SUL

Resumen

Este estudio tiene como objetivo discutir las posibilidades de análisis de la violencia contra las mujeres en Rio Grande do Sul mediante el uso de Índices de Violencia Femicida como herramienta metodológica para comprender las dinámicas regionales del fenómeno, tomando como referencia la disertación de maestría *Ninguna victoria es permanente: un análisis sobre la violencia contra las mujeres en Rio Grande do Sul entre los años 2012 y 2015* (Lopes, 2016). La investigación se basó en la regionalización de los 28 Consejos Regionales de Desarrollo (COREDES) del estado y consideró datos relacionados con cinco tipos de violencia: psicológica, física, sexual, tentativa de feminicidio y feminicidio consumado. Los índices fueron calculados con base en la proporción de registros en relación con la población femenina de cada región, permitiendo identificar localidades con alta intensidad de violencia. Además, el estudio identificó servicios de atención y organismos de políticas para las mujeres, destacando desigualdades regionales en la disponibilidad de estos recursos. Los resultados subrayan la persistencia de estructuras patriarcales que sustentan la violencia contra las mujeres en las diferentes regiones del estado y refuerzan la necesidad de enfrentar este fenómeno como una cuestión central para garantizar los derechos humanos.

Palabras clave: Violencia feminicida; Geografías feministas; Metodología; Región; COREDES

Enviado em: 15/02/2024

Aceito em: 09/09/2025